

DO PROCESSO POLÍTICO APÓS O 25 DE ABRILA GUERRA COLONIAL E A ECONOMIA PORTUGUESA (JOSÉ GOMES)

Durante séculos as actuais Colónias Portuguesas foram essencialmente fornecedoras de mão de obra escrava, particularmente para o Brasil. A partir de fins do século 19 estabeleceram-se relações de exploração colonial típicas da fase imperialista do capitalismo, verificando-se nas últimas décadas um seu agravamento.

Nunca o povo português se sentiu muito atraído pela expoliação das riquezas naturais das Colónias, e preferindo emigrar para outras paragens distantes. Nunca o Povo Português beneficiou alguma coisa com a exploração colonial, por múltiplas razões, entre as quais a seguinte:

1) A exploração das colónias tem tido um efeito contraditório no processo de desenvolvimento em Portugal na medida em que, por um lado, os grandes lucros coloniais e a venda em Portugal de produtos não produzidos fizeram com que aumentasse a acumulação de capitais dos grupos monopolistas enquanto, por outro lado, a atracção para a realização de investimentos nas Colónias tornaram mais lento o ritmo dos investimentos e correspondente criação de mais-valia em Portugal, sentindo os monopólios menos necessidade de o intensificar,

2) Tendo o capital português tido desde de sempre a sua quota parte na exploração colonial, no seu exclusivo interesse, os grandes grupos monopolistas ligados às grandes metrópoles imperialistas essencialmente a Gã-Betanha, numa primeira fase, e depois a África do Sul, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, etc. sempre tiveram um papel de principal importância. Assim por exemplo, assistimos em Angola ao facto da exploração de diamantes estar ligada à "Anglo-American Corporation of South Africa" "Banco Morgan" "Grupo Oppenheimer", "DE Burs", "Guggenheim"; o petróleo à "Compagnie Financière Belge de Petroles" (Petrofina), "Chase National Bank" "National City Bank of New York" e "Cabinda Gulf Oil Company" e até os transportes estão ligados à "Anglo-American Corporation of South Africa" "Westminster Bank", "British South Africa Company", "Cooper Brothers Co." "The Angola Caling Co." "Tanganica Concessions". Os exemplos podiam multiplicar-se.

O desencadeamento da guerra colonial teve por um lado a consequência de vir mostrar claramente esta situação de exploração dos povos e das riquezas naturais das colónias, vir acelerar o processo e, por outro, de criar uma situação económica qualitativamente nova inerente a uma economia de guerra num país de reduzido desenvolvimento histórico das forças produtivas e dependência das outras metrópoles imperialistas.

A GUERRA COLONIAL PROBLEMA CENTRAL DO POVO PORTUGUÊS.

A guerra colonial tem constituído, nos últimos anos, um dos problemas centrais do povo português e constitui no momento presente questão de vital importância. Sinteticamente podemos dizer que as consequências mais importantes da guerra colonial para a economia portuguesa são:

- Orientação de enormes recursos financeiros para a guerra impedindo a formação de capital, designadamente por parte do sector público;
- Grave situação inflacionista e agravamento do nível de vida das classes trabalhadoras;
- Aumentos dos investimentos estrangeiros e crescente relação de dependência das metrópoles imperialistas;
- Fuga da força de trabalho para outros países capitalistas mais desenvolvidos.

Vejamos alguns aspectos destas questões.

DESPEAS COM GUERRA DESPEAS IMPRODUTIVAS

A partir de 1961 assiste-se a um acréscimo cada vez maior das despesas monetárias num conjunto das despesas públicas e também da sua percentagem em relação ao produto interno-bruto.

Em 1960 representavam 3.259 milhares de contos, em 1961 5.221 milhares de contos, em 1964 subiam para 7.705 milhares de contos e em 1970 atingiu 13.678 milhares de contos.

BOLETIM INFORMATIVO

DO PROCESSO POLÍTICO APÓS O 25 DE ABRIL

Devido a esta evolução passaram 28.7% das despesas públicas em 1960 para 44,6% em 1970.

Em relação ao produto Interno Bruto a sua percentagem quase duplicou atingindo cerca de 10% nos fins da década de 60.

Lembremos, apenas como termo de comparação, que as despesas de Defesa e Segurança no período de 1939-49 orçava pelo valor médio de 1.383. milhares de contos.

Se estes dados só por si já dão uma ideia de grandeza notável e da importância que têm na economia da sociedade portuguesa, é interessante verificar que as despesas do Estado em investimento económico foi de 1.508 milhares de contos em 1960 e apenas 3.323 milhares em 1969 o que significou uma diminuição percentual no conjunto das despesas do Estado, passando 13,3% para 12,1%. E no entanto a formação bruta de capital FIXO ronda apenas os 20% do Produto Nacional Bruto, uma das percentagens mais baixas da Europa. Entretanto, apesar da grave situação educacional do Povo Português bem assinalada na existência de cerca de 30%, as despesas públicas com a educação pouco ultrapassa os 2% do Produto Nacional Bruto.

Resumindo, desde o começo da guerra colonial verificou-se um importante aumento das despesas públicas destinadas ao sector militar e os investimentos públicos não apresentam ritmo de crescimento que permita prever uma futura aceleração do ritmo de desenvolvimento económico Nacional.

É SOBRE O POVO QUE CAEM AS MAIS PESADAS RESPONSABILIDADES DE FINANCIAMENTO

A análise ficaria incompleta senão analisássemos qual a origem do financiamento das despesas militares. Dois aspectos ressaltam imediatamente neste período: reforma das estruturas fiscais e criação de novos impostos e a importância notável da vida pública.

É sobre o povo que caem as responsabilidades de financiamento sendo o sistema tributário português regressivo. Por um lado, as grandes companhias, são isentas de impostos e muitas vezes recebem subsídios enquanto a importância dos impostos indirectos aumenta assim como do imposto profissional.

Em 1955 os impostos directos e indirectos em milhares de contos eram respectivamente de 2.133 e 2.635; em 1962 passaram para 3.419 e 4.385 para atingirem em 1970 cerca de 8.500 e 12.400 milhares de contos. Os impostos constituam a principal parte das receitas ordinárias, representando actualmente cerca de 70%. O recurso à dívida pública como financiamento estatal a velha política do regime facista e já em 1.955, por exemplo, se podia constatar um montante de 14.162 milhares de contos e em 1960 encargos no valor de 852 milhares de contos. Contudo o seu aumento foi enorme na última década e em 1969 a dívida pública atingia 35.811 milhares de contos, simultaneamente o aumento é particularmente sensível na dívida pública externa que na última década aumentou cerca de cinco vezes enquanto a interna apenas duplicou. Sobre a maneira como o fascismo tem encarado este aspecto basta transcrever a seguinte afirmação dum dos programas gerais de desenvolvimento: "Por Definição o problema da capacidade de pagamento da dívida externa estará solucionado sempre que for possível assegurar novas estradas de capital suficientes para pagar os encargos da dívida anterior".

Estas formas de financiamento estatal tem efeitos de redistribuição do rendimento que se completam. Os empréstimos são concedidos normalmente por instituições financeiras ou empresariais que usufruem dos juros. Os impostos recaem com grande intensidade sobre as classes trabalhadoras, sendo a essas receitas que vai recorrer em parte para o pagamento dos juros.

QUEDA DO NÍVEL DE VIDA DAS MASSAS POPULARES

Não há ninguém em Portugal que não tenha a clara consciência que é ve-loz o ritmo de aumento dos preços, atingindo brutalmente os produtos de primeira necessidade. O homem do povo dirá "é uma calamidade" pode-se dizer que o aumento de preços apresenta as características seguintes: é geral, é constante e tende a agravar-es.

BOLETIM INFORMATIVODO PROCESSO POLÍTICO APÓS O 25 DE ABRIL

Entre 1961 e 1968 os preços aumentaram a uma taxa de 94,73%. Mas de então para cá a situação agravou-se e no último ano a taxa de inflação foi de cerca de 21,2%. Alguns casos particulares de aumento de preços entre OUT73 e MAR74 podem dar uma ideia significativa da situação: arroz 20%, azeite 50% bacalhau 113%, batata 80%, bife 50%, chouriço 60%, frango 46%, fiambre 57%, gaz 36% e óleo 47%.

Ora a causa principal e determinante desta situação é um aumento dos meios de pagamento em circulação. Em 1964 o PNB aumentou 6,9% os meios de pagamento totais 15,6%, situação que se mantinha idêntica em 1969 (6,3% e 14,2%) e anos seguintes o que representa uma gritante desigualdade se considerarmos valores acumulados. Ora ao procurar-se o tipo de factores susceptíveis de implicar necessariamente um acréscimo da massa de meios de pagamento em circulação sem contrapartida num aumento dos bens económicos existentes num sistema encontramos-lo na chamadas despesas de defesa e segurança, de que a grande parte é a despesa com a guerra colonial. Trata-se, de facto, de uma actividade estatal, improdutiva, influenciando toda a economia, a que não corresponde senão em proporção ínfima de uma actividade económica produtiva.

Sem dúvida que na situação inflacionista também influem factores de base como a própria estrutura monopolista do capital e papel do capital financeiro e factores articulares como o aumento da dívida pública, em influência das economias externas, as remessas dos emigrantes e o próprio auto-alimento da inflação, mas o aspecto antes de focado é o determinante. Para além do mais, verifique-se a coincidência entre o período em que se intensifica O AUMENTO GERAL DE PREÇOS E O PERÍODO EM QUE AUMENTA AS DESPESAS COM "DEFESA E SEGURANÇA".

**SÓ SERÁ POSSÍVEL
COMBATER SÉRIAMENTE
A INFLAÇÃO ACABANDO COM A GUERRA COLONIAL.**

A consequência principal da inflação é haver "uma redistribuição de rendimentos a vários níveis em proveito de alguns sectores e em prejuízo de outros, que aliás abrange a grande maioria da população". Se tomarmos como exemplo o período de 1964 a 1968 e pegarmos nos dados oficiais, tão falaciosos quanto a salários e distribuição dos rendimentos, verificamos imediatamente que os dividendos líquidos das sociedades anónimas que deram dividendos aumentaram 64,0%; os lucros líquidos do balanço de 99 grandes sociedades anónimas aumentaram 99,0% e os salários industriais em Lisboa e Porto aumentaram respectivamente de 31,0% e 42,2%.

Uma análise mais cuidada do problema mostra que a parte dos salários dos trabalhadores produtivos no rendimento Nacional era de 29,06% em 1961 e que nos nove anos seguintes caiu de cerca de 2%.

A SITUAÇÃO MISERÁVEL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES TORNA-SE CADA VEZ MAIS MISERÁVEL; RESUMINDO PODE-SE AINDA APRESENTAR AS SEGUINTE CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO: INTENSIFICAÇÃO DA DESPROPOÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DOS DIVERSOS RAMOS DE ACTIVIDADE, ATRAINDO CAPITALIZAÇÕES NUNS E REPELINDO OUTROS; FAVORECIMENTO DE UMA CONCENTRAÇÃO CAPITALISTA OPERANDO INDEPENDENTEMENTE DOS ASPECTOS TECNOLÓGICOS; AGRAVAMENTO DA CRISE AGRÁRIA.

SÓ SERÁ POSSÍVEL COMBATER SÉRIAMENTE A INFLAÇÃO ACABANDO COM A GUERRA COLONIAL, SÓ SERÁ POSSÍVEL LIQUIDÁ-LA DEFINITIVAMENTE MODIFICANDO RADICALMENTE A ESTRUTURA SOCIAL.

Bolama, 13 de Junho de 1974.

O M.F.A. / C.I.M.